

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.279.106 - RS (2018/0087670-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526**
: **FELIPE ESTORTI DE CASTRO E OUTRO(S) - RS064054**
AGRAVADO : **EDIT ANGELA MARINI PIROLI**
ADVOGADO : **TIAGO CASSIANO FORTUNA MENEZES E OUTRO(S) - RS058707**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos impugnando decisão que não admitiu o recurso especial sob o fundamento de incidência das Súmulas n. 83 do STJ e 282 do STF (e-STJ fl. 249).

O acórdão do TJRS está assim ementado (e-STJ fls. 176/177):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IDEC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. TÍTULO EXECUTIVO. extensão dos efeitos do julgado ao território nacional. PARADIGMAS. REsp 1.391.198-RS.

INOVAÇÃO RECURSAL. O recurso não merece ser conhecido no que tange aos parâmetros de cálculo e demais fundamentos não abordados no incidente de impugnação, por configurar inovação recursal.

SUSPENSÃO DO FEITO. Diante do julgamento do paradigma REsp 1.391.198/RS (Temas 723 e 724 do STJ) e da edição do Ato 21/2016-P, descabe a suspensão do feito.

TÍTULO EXECUTIVO. Eficácia subjetiva da coisa julgada. Limitação. Inviabilidade. Título executivo válido. Aplicação do art. 103 do CDC, a estender a eficácia da decisão proferida em ação coletiva para além dos limites territoriais do Juízo Prolator, a fim de que a decisão abranja todo o território nacional. Tema 723-STJ: “A sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva nº 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal”.

JUROS DE MORA. Mesmo em execuções ou cumprimentos de sentença individuais, os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração desta em momento anterior. Entendimento pacificado em sede de julgamento repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.370.899/SP (Tema 685 dos Recursos Repetitivos), cuja aplicação deve ser observada em todos os recursos que ventilem a mesma controvérsia.

RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA, PRELIMINAR REJEITADA E RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do especial (e-STJ fls. 195/207), fundamentadas no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou violação dos arts. 240, 485 e 1.036 do CPC/2015 e 16 da Lei n. 7.347/1985. A insurgência abrangeu os seguinte pontos: (i) a necessidade de suspensão do feito,

considerando o REsp n. 1.438.263/SP, (ii) ilegitimidade ativa, (iii) limitação territorial da sentença da ação coletiva e (iv) juros de mora.

É o relatório.

Decido.

Suspensão, legitimidade ativa e competência

Cuidam os autos de execução de sentença proferida pelo JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA – DF na Ação Civil Pública n. 016798-9, ajuizada pelo IDEC contra o Banco do Brasil S.A.

Conforme a orientação jurisprudencial fixada pelo STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.391.198/RS, relatado pelo em. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO e submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), deverá ser aplicada indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil a sentença proferida na ação civil pública ajuizada pelo IDEC, que condenou a instituição financeira ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários ocorridos em janeiro de 1989.

Termo inicial dos juros de mora

A Corte local decidiu em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, ao afirmar que os juros moratórios incidem a contar da citação da instituição financeira na ação coletiva.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de

conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp n. 1.370.899/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/5/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014 – grifei.)

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. TAXA DE EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO - TEB. COBRANÇA. ILEGALIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA RESSARCIMENTO DOS VALORES. CABIMENTO. SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS COM EXPLICITAÇÃO DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE MEIOS TENDENTES A CONFERIR MAIOR EFETIVIDADE AO JULGADO. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. DIES A QUO. CITAÇÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITES SUBJETIVOS DA SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO PROLATOR. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ. POSSIBILIDADE. LIMITES.

(...)

5. Embora a condenação imposta nas ações para tutela de direitos individuais homogêneos deva ser genérica, não podendo entrar no mérito dos prejuízos sofridos por cada interessado, ela irá necessariamente versar sobre o ressarcimento dos danos causados, reconhecendo o ato ilícito praticado pelo réu, o que, por conseguinte, já o constitui em mora desde a citação para responder aos termos da ação civil pública, nos termos do art. 219 do CPC.

(...)

9. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp n. 1.304.953/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/8/2014, DJe 8/9/2014 – grifei.)

Estando o acórdão recorrido em consonância com o posicionamento firmado em precedentes desta Corte, impõe-se a aplicação da Súmula n. 83/STJ.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo em recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator